



1 Às nove horas do dia seis de abril de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO**
4 **CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAUJO, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; ausências
5 justificadas dos Conselheiros **CEZAR COLARES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do
6 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-
7 se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão
8 Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a
9 Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro*
10 *aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre*
11 *com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado as Conselheiras Substitutas **ADRIANA OLIVEIRA e**
12 **MÁRCIA COSTA**, para apresentar proposta de Decisão nos termos do inciso II, do Artigo 72 do
13 Regimento Interno desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
14 momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 960012008-00; Prefeitura**
15 **Municipal de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2008**; Contas Anuais de
16 Governo; Responsável: Francival Cassiano do Rego; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério
17 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;
18 **Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
19 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
20 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
21 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
22 pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. **Por maioria**: com aplicação de
23 multas (Resolução nº 13.018). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação
24 de multas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 960012008-00;**
25 **Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2008**; Contas
26 Anuais de Gestão; Responsável: Francival Cassiano do Rego; Instrução: 7ª Controladoria;
27 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos
28 Araújo; **Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
29 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
30 contas, com recolhimento e aplicação de multas, bem como encaminhamento de cópia dos autos
31 ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
32 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
33 pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento e
34 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação
35 de multas (Acórdão nº 30.357). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação
36 de multas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 960022008-00; Câmara**
37 **Municipal de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2008**; Contas Anuais de Gestão;
38 Responsável: Gesuir Silva Mata; Instrução: 7ª Controladoria TCM/PA; Ministério Público:
39 Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;



40 Advogado/Contador: Arnaldo Teixeira Resende – Contador; **Publicado no DOE nº 33.346, de**
41 **03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
42 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.**
43 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
44 **unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com
45 recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:**
46 com aplicação de multas (Acórdão nº 30.358). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
47 exclusão da aplicação de multas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
48 **432242012-00; Fundo Municipal de Saúde de Maracanã; Prestação de Contas – 2012;**
49 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Jader Teixeira Gardeline; Instrução: 4ª Controladoria;**
50 **Ministério Público: Procuradora Geral: Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José**
51 **Guimarães; Advogado/Contador: Ibran dos Santos Novaes; (contador) Publicado no DOE nº**
52 **33.346, de 03.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 423992013-00; Secretaria**
53 **Municipal de Educação de Marabá; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de**
54 **Gestão; Responsável: Luiz Regason Bressan; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:**
55 **Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**
56 **Advogado/Contador: Paulo Andre Amorim Carvalho (contador); Publicado no DOE nº 33.346,**
57 **de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
58 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
59 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
60 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das
61 contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao
62 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.359). Ausência, por ocasião da votação, dos
63 Conselheiros José Carlos Araújo e Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
64 **Processo nº 201418331-00 (234002005-00); Fundo Municipal de Saúde de Capitão-**
65 **Poço; Pedido de Revisão - 2005 à Decisão Contida no Acórdão N.º 23.932, De**
66 **27/06/2013; Autor: Francisco Gregório da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:**
67 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE**
68 **nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
69 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A
70 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
71 proclamou a Decisão: O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento
72 parcial do Recurso, reformando a decisão anterior (Acórdão nº 30.360). Ausência, por ocasião da
73 votação, dos Conselheiros José Carlos Araújo e Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel
74 Lavareda. **Processo nº 201607211-00 (730022010-00); Câmara Municipal de Santo**
75 **Antônio do Tauá; Pedido de Revisão - 2010 Contra a Decisão Objeto do Acórdão Nº**
76 **26.783/2015; Autor: Anatan Barata de Carvalho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério**
77 **Público: Procuradora Geral: Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**
78 **Advogado/Contador: Ricardo Augusto Lozada Vianna - OAB/PA 22.813; Publicado no DOE nº**



79 **33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
80 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A
81 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
82 proclamou a Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento
83 parcial do Recurso, reformando a decisão anterior (Acórdão nº 30.361). Ausência, por ocasião da
84 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
85 **Processo nº 201602422-00 (762972009-00); SME/FUNDEB de São Félix do Xingu;**
86 **Recurso – 2009;** Recurso Ordinário Contra a Decisão Objeto do Acórdão Nº 28.083/2015-TCM;
87 Recorrente: Viviane Martins Silva da Cunha; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:
88 Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães, Retirado da
89 Pauta do Dia 31.03.17; Advogado/Contador: Gleydson do Nascimento Guimarães - OAB 14.027
90 OAB/PA; **Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
91 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento
92 provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
93 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
94 pelo conhecimento provimento parcial do Recurso, com a manutenção da decisão anterior
95 (Acórdão nº 30.362). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
96 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201606998-00; Diretoria Jurídica**
97 **de SAO PAULO; Consulta – 2016; Consulta Sobre a Necessidade de Orientação Técnica**
98 **Deste TCM-Pa Para Uso Exclusivo de Recursos da COSIP Para Custeio dos Serviços de**
99 **Iluminação Pública Conforme Dispõem as Normas Legais;** Interessado: Associação
100 Brasileira de Empresas de Serviços de Iluminação Urbana-Abrasi; Relator: Mara Lúcia Barbalho;
101 **Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira
102 Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou sua
103 resposta à Consulta para deliberação Plenária: "*Preliminarmente, cumpre analisar da regularidade da*
104 *presente Consulta, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no artigo 1º,*
105 *inciso XVI, da LC n.º 109/20166 , tendo sido formulada por entidade representativa, qual seja, a nomeada*
106 *Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Iluminação Pública (art. 299, inciso IV, do RITCM-PA),*
107 *para além de suscitada, como tese, acerca de tema com inescusável interesse as atividades de controle*
108 *externo realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação*
109 *pedagógica, junto aos jurisdicionados, na constitucional aplicação de recursos públicos vinculado, pelo que*
110 *passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta. NO MÉRITO, conforme já delineado em relatório,*
111 *acompanha e subscrevo, em sua integralidade, as manifestações trazidas aos autos, pela Assessoria de*
112 *Obras (fls. 16/18) e Diretoria Jurídica (fls. 34/51), entendendo, por fim, pela necessidade de*
113 *implementação, das medidas consignadas em relatório, por intermédio de Instrução Normativa, cuja*
114 *aprovação não afastada a adoção de providências imediatas, por este TCM-PA, nos seguintes termos: I –*
115 *Comunicação, junto aos jurisdicionados, quanto a restrição/vinculação de aplicação, dos recursos*
116 *arrecadados por força da CIP/COSIP, para investimento e custeio de: a) Instalação, Manutenção e*
117 *Expansão da rede de iluminação pública municipal; b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública,*
118 *sendo esta entendida como a vinculada "à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens*
119 *de uso comum". II – Vedação da utilização dos recursos da CIP/COSIP, no pagamento das faturas de*



120 energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade
121 pública, já que nestes "a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a
122 consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente
123 ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço". III – Normatização,
124 destinada aos jurisdicionados, que assegure a melhor e mais efetiva ação de controle externo, deste TCM-
125 PA, nos seguintes termos: a) Disponibilizem no site do município, na área das legislações municipais, a lei
126 que instituiu a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública – COSIP; b) Lancem no Mural
127 de Licitações os processos licitatórios, os contratos ou convênios firmados com a concessionária de energia
128 elétrica – Celpa ou outra empresa, para a prestação do serviço de arrecadação da COSIP; c) Lancem no
129 Mural de Licitações os processos licitatórios e contratos firmados com a concessionária de energia elétrica –
130 Celpa ou empresas de engenharia, para execução dos serviços técnicos de projeto, implantação, expansão,
131 operação e manutenção das instalações de iluminação pública; d) Contabilizem as receitas dos recursos da
132 COSIP, como Receita de Contribuições, Código 1230.00.00 – Contribuição para o custeio do serviço de
133 iluminação pública; e) Contabilizem as despesas dos recursos da COSIP, relativas as atividades de
134 manutenções e consumo, e projeto de expansão da rede, na Função 25 – Energia, Subfunção 752 –
135 Energia Elétrica; f) Atualizem, quadrimestralmente, o Mapa da Evolução da Iluminação Pública, para envio
136 a concessionária no intuito de ser procedido os ajustes dos valores da fatura de energia elétrica; g) Sigam
137 as Normas e Especificações Técnicas da Celpa para execução dos serviços técnicos de projeto,
138 implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, executados direta
139 ou indiretamente. IV – Fomento de convênio e parceria institucional, nos seguintes termos: a) Convênio
140 com a concessionária Rede Celpa, para que disponibilize as informações dos valores da rubrica COSIP,
141 apurados junto às faturas de energia elétrica e, ainda, daqueles transferidos aos municípios, para que se
142 possa checar os valores das receitas informadas pelas Prefeituras Municipais, e que os valores da receita e
143 despesas, referentes a COSIP, lançados pelas Prefeituras sejam divulgados por este Tribunal, como forma
144 de dar transparência e possibilidade de acompanhamento pela sociedade. b) Convênio ou Termo de
145 Cooperação Técnica, junto ao Ministério Público Estadual, para desenvolvimento de ação conjunta,
146 destinada a melhor fiscalização dos recursos advindos da nomeada Contribuição, em prol da
147 municipalidade. Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário".
148 A matéria foi colocada **em discussão**, o Conselheiro Aloisio Chaves apresentou sua manifestação
149 em resposta a Consulta: "Trata-se da Consulta formulada pela Associação Brasileira de Empresas de
150 Serviços de Iluminação Pública Urbana – ABRASI, que tomou o nº 201606998-00, e fora distribuído à
151 relatoria da Conselheira Mara Lúcia em função de estar vinculada a ela a Consulta de São Miguel do Guamá
152 (Processo nº 201609703-00) que trata de assunto similar, qual seja, a utilização dos valores arrecadados
153 pelos Municípios em função da CIP/COSIP. Relativamente ao ponto de os valores arrecadados em função
154 dessa contribuição comporem ou não a base de cálculo do repasse do duodécimo às Câmaras Municipais,
155 já foi objeto de deliberação deste TCM, conforme asseverado no voto da Relatora, em decisão que saiu sob
156 Rito, em utilização subsidiária do CPC/2015, do IRDR. Mas, agora, a consulta envolve questões mais
157 amplas, ou seja, a necessidade de identificação pelo TCM de diretrizes aos Municípios para aplicação dos
158 valores oriundos dessa modalidade de contribuição. Nesse caso, no voto divergente de que foi acatado pelo
159 TCM/PA, por maioria, nos Autos do Processo nº 201609703-00 – Consulta da Câmara Municipal de São
160 Miguel do Guamá, já havia me manifestado acerca da aplicabilidade desses valores pelo Poder Executivo
161 Municipal, nos seguintes termos: "O novo art. 76-B do ADCT curiosamente em seu "caput" a desvinculação
162 exclusivamente de impostos, taxas, e multas, quedando-se inerte acerca das contribuições que apenas são



163 *tratadas. Na modalidade previdenciária e de assistência à saúde no parágrafo único, inciso II do mesmo*
164 *dispositivo que ao norte já apreciei. Portanto, a CIP/COSIP não seria possível de ser desvinculada, tendo*
165 *seu valor arrecadado que ser aplicado pela municipalidade integralmente segundo a Resolução Normativa*
166 *Aneel 414/2010, na "elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das*
167 *instalações de iluminação pública", bem como a " ampliação da capacidade ou reforma de subestações*
168 *alimentadoras de linhas já existentes, quando necessárias ao atendimento das instalações de iluminação*
169 *pública" (artigo 21 caput e parágrafo 2º). Assim, como o voto da Relatora segue a linha do entendimento*
170 *já havido por mim por ocasião de julgamento comentado, sigo-o integralmente. É como voto." A*
171 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a resposta à
172 Consulta apresentada (Resolução nº 13.019). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
173 **Processo nº 201307322-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de**
174 **Paragominas; Aposentadoria – 2012; Revisão de Aposentadoria Portaria Nº 45/2012;**
175 **Interessado: Ivaldo Corrêa Simplício; Ministério Público: Procuradora Geral: Maria Regina Cunha;**
176 **Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.**
177 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
178 manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
179 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
180 **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 30.363). Presidência do
181 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201307320-00; Instituto de Previdência dos**
182 **Servidores do Município de Paragominas; Aposentadoria – 2012; Revisão de**
183 **Aposentadoria Portaria Nº 43/2012; Interessado: José Ecivan Azevedo de Souza; Ministério**
184 **Público: Procuradora Geral: Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;**
185 **Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
186 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato.
187 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
188 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato
189 (Acórdão nº 30.364). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201307321-**
190 **00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paragominas;**
191 **Aposentadoria – 2012; Revisão De Aposentadoria Portaria Nº 44/2012; Interessado:**
192 **Joaquina Araújo Avelino Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator:**
193 **Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo
194 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
195 se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
196 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro
197 do Ato (Acórdão nº 30.365). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
198 **201702218-00; Prefeitura Municipal de Benevides; Outros – 2017; Revogação de**
199 **Medida Cautelar - Tomada de Preços Nº 02/001/2017; Responsável: Ronie Rufino da**
200 **Silva; Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (em Substituição ao Conselheiro Cezar**
201 **Colares); Publicado no DOE nº 33.346, de 03.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
202 Conselheiro Relator submeteu ao Plenário revogação de Medida Cautelar (Acórdão nº 29.744, de



203 13.12.2016) para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do
204 RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
205 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a revogação de Medida Cautelar apresentada com
206 aplicação de multa. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**:
207 O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, pediu a palavra para apresentar: **1.** Registro de elogio
208 ao canal da Ouvidoria diante da disponibilização do 0800, para receber denúncia, esclarecimentos
209 e elogios dos cidadãos em geral, e para que eles possam ter informações junto aos órgãos
210 competentes; **2.** Registro da visita do Superintendente do SEBRAE Fabrizio Guaglianone,
211 acompanhado do Dr. Roberto Belucci que é Diretor do Desenvolvimento Territorial e políticas
212 Públicas do SEBRAE, que compareceram ao Tribunal para reafirmar compromisso de manter o
213 Termo de Cooperação Técnica do Tribunal com o SEBRAE, e na oportunidade, junto a Escola de
214 Contas, eles tenham espaço necessário para apresentar suas atividades. Na ocasião houve
215 discussão da ampliação do objeto de convênio que para o próximo ano seja realizado um trabalho
216 no que se refere à merenda escolar. Considerando que a maior parte dos municípios paraenses
217 não utilizam os 30% da agricultura familiar para o custeio da merenda, pois esta agricultura
218 familiar não está organizada produtivamente em termos de produção e pessoa jurídica.
219 Demonstraram o desejo de entregar no dia da Feira do Empreendedor que acontecerá em abril, a
220 concessão de um prêmio ao trabalho que o tribunal desenvolve sob a Coordenação do
221 Conselheiro Antônio José Guimarães, intitulado "Gestor Transparente", este por sua vez, terá
222 como critério a avaliação do Tribunal em conjunto com a CGU e a UFPA para se entregar a todo
223 Prefeito e Presidente de Câmara que atingir 100% de transparência na página oficial do seu
224 órgão, em consonância com o Termo de Ajuste de Gestão (TAG). Será realizada a formação de
225 uma comissão, do Tribunal juntamente com um membro do SEBRAE, para avaliar tais critérios do
226 realizado prêmio; **3.** Em diálogo com o Presidente da ATRICOM, o Senhor Valdeci Pascoal que
227 apresentou uma PEC para a nova composição dos Tribunais de Contas, com formas de critério
228 para o ingresso nos Tribunais, houve destaque ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do
229 Pará, e sua Lei Orgânica que contém os critérios de ingresso no Tribunal, cuja matéria é inédita
230 e a única no país inteiro que prevê as formas de critério nos conceitos indeterminados na
231 Constituição Federal. O Conselheiro Presidente informou que foi por ele apresentada a sugestão,
232 sobre os critérios de ingresso nos Tribunais ao Presidente Valdeci, matéria esta que lhe deixou
233 honrado, e que foi inspiradora da PEC que se apresenta no Congresso Nacional. Em seguida, o
234 Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, informou aos seus pares que irá distribuir a proposta
235 para apreciação. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**:
236 Concedida a palavra à Procuradora Maria Inez Gueiros, que informou ao Pleno sobre Ato de
237 decreto do Governador de 10/03/2017, com vigência a partir de hoje, tomou posse a Dra. Maria
238 Regina Cunha, na qual a posse foi realizada em seu próprio gabinete. **ENCERRADA** a presente
239 Sessão, às dez horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
240 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em seis de abril de dois
241 mil e dezessete.



- 242 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 029/2017, em quatro de maio de dois mil e dezessete.
243 Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão